

Tradução



TOTALITARISMO¹

Hannah Arendt

Tradução de Adriano Correia²

¹ Esse texto foi elaborado por Hannah Arendt como um conjunto de anotações para uma palestra que ela ministrou no Oberlin College, em 28 de outubro de 1954. A despeito do caráter fragmentário, do estilo por vezes truncado, sua importância é notável por situar-se no intermédio entre a publicação de *As origens do totalitarismo* (1951) e *A condição humana* (1958), a indicar o desdobramento do interesse de Arendt pelas questões remanescentes da primeira obra em direção a suas preocupações subsequentes, que culminarão na segunda obra, mas também em textos como “O que foi autoridade?” e “A crise na educação” (publicados ambos em 1958 e reimpressos em *Entre o passado e o futuro*, de 1961). O manuscrito original do texto aqui traduzido pode ser encontrado nos *The Hannah Arendt Papers*, a partir do seguinte atalho: <http://memory.loc.gov/ammem/arendhtml/>.

² Professor adjunto na Universidade Federal de Goiás e pesquisador do CNPq.

I

O totalitarismo é possível apenas após todas as autoridades irem à bancarrota. O autoritarismo é, em muitos aspectos, o oposto do totalitarismo. O que é autoridade?

1. Falando de uma maneira geral, a autoridade sobre as crianças, porque sabemos que sem nossa orientação as crianças não poderiam sobreviver nem se desenvolver no mundo comum. Somos os representantes do mundo comum no qual elas nasceram na condição de desamparadas e estrangeiras. Isso nos confere nossa autoridade. Se essa autoridade derrocou, isso significa que os adultos não estão mais dispostos a aceitar a responsabilidade pelo mundo no qual suas crianças crescem.

2. Especificamente, o que a autoridade significa em nosso mundo ocidental? A palavra é de origem romana, desconhecida em grego. Desde os tempos romanos a autoridade era conectada com a tradição e a religião: a autoridade era transmitida por meio da tradição, ela pertencia aos ancestrais; o passado tinha autoridade sobre o presente, por causa do início, da fundação de Roma. Quem quer que se sentisse vinculado a esse início era pio, *pietas*, religioso. Com a igreja Católica, [temos] a mesma interpretação da autoridade, só que no lugar da fundação de Roma entrou a fundação da igreja por Cristo. A trindade romana Autoridade-Religião-Tradição perdurou até a Nova Era.

3. A derrocada da trindade romana: primeiro a tradição, por meio das ciências naturais, tornou-se um assunto erudito, não vinculante para todos; em segundo lugar, a religião, como um sistema de crenças universalmente aceito, tornou-se um assunto privado sem relevância pública – deixou de ser uma parte do mundo comum; em terceiro lugar, a autoridade política foi a última. Ela tinha de se dissolver porque perdeu sua legitimidade, devido à perda das duas outras. Era agora considerada como efetivação da violência, ao passo que antes a violência sempre fora a exata antítese da autoridade. Dizer que violência e autoridade são idênticas equivale a sustentar que o assaltante a quem entrego minha bolsa tem autoridade sobre

mim. Um sistema político que necessita de violência não tem autoridade.

II

No lugar da autoridade surgiu o senso comum: o senso comum era supostamente baseado no interesse. O que me fazia me ajustar a um mundo comum e o que me fazia me ajustar politicamente eram os interesses, que estavam entre nós e nos mantinham juntos como um grupo. O que governava agora, na formulação de Rohan³, era o interesse que comanda os reis.

O senso comum era, em segundo lugar, a quintessência dos comumente aceitos padrões de certo e errado e critérios de julgamento sob os quais posso subsumir o particular. Esses eram novamente comuns a todos os que viviam em uma mesma comunidade. Eles dependiam do mundo comum.

Falência do senso comum: a ascensão das massas demoliu o interesse – as massas, distintamente das classes, consistem de indivíduos que nada têm em comum, nenhum mundo comum, nenhum interesse comum. Em segundo lugar veio a falência de nossos critérios de julgamento que, embora não soubéssemos, repousavam em conceitos utilitários de interesse.

A falência do senso comum é apenas outra expressão para a falência do mundo comum, que é o mundo político propriamente dito. O mundo no qual vivemos é caracterizado pelo fato de que não podemos depender de autoridade alguma nem de nosso senso comum para compreendê-lo. O totalitarismo é, em muitos aspectos, a resposta precisa a esta perplexidade. Isso significa que somente o totalitarismo aceitou o desafio de nossa época? Que o mundo livre fracassou? Veremos mais tarde.

Uma coisa é certa: as falências da autoridade e do senso comum, ou a crise de nossa época, apareceram clara e tangivelmente apenas nesses mo-

³ Arendt citara em *As origens do totalitarismo* a obra *De l'intérêt des princes et états de la chrétienté* (1638), dedicada pelo conde de Rohan ao cardeal Richelieu: “Os reis comandam os povos e o interesse comanda os reis” (*As origens do totalitarismo*, São Paulo: Companhia das letras, 1989, p. 261).

vimentos e formas de dominação novos e sem precedentes. A chamada crise espiritual permanece sempre⁴ vaga e equívoca, e repleta de possíveis incompreensões. Por outro lado, uma vez que as condições prévias da dominação totalitária são condições gerais da época, ninguém pode dizer: isso não pode acontecer aqui. A autoridade é substituída em toda parte mediante⁵ o terror, e o senso comum, quando falha, sempre pode se refugiar em uma ideologia explica tudo onde o senso comum nada pode compreender. Você vê tudo ao redor de você se tem os olhos abertos: americanismo contra comunismo no nível ideológico, o terror da opinião pública no nível prático. A verdade é que ninguém pode viver fora de um mundo comum: a anedota do vigia que foi o último a correr depois de haver dito que o inimigo estava se aproximando. Por meio de uma mentira o vigia havia fundado um novo mundo comum ao qual ele mesmo pertencia, uma vez que esse mundo havia se compreendido no povo que correu para as muralhas para derrotar o inimigo.

III

As dificuldades de compreensão surgem porque aplicamos nossos padrões usuais. Características notáveis de anormalidade:

a) O relacionamento entre partido e Estado: o Estado não está sendo conquistado, mas permanece como uma fachada. A sede do poder está oculta, ao passo que em todo governo normal nada é tão visível quanto a sede onde repousa o poder. Mais que isso, o próprio partido torna-se uma fachada para a fachada, os grupos de elite e finalmente o líder. Quanto mais visível algo é, menos poder tem.

b) A relação entre polícia e governo ou partido: a polícia parece onipotente, mas ela nunca pode se apropriar do poder. Vejam o caso de Beria⁶.

⁴ Arendt grafa “always”, aparentemente em vez de “always”.

⁵ Em seu manuscrito Arendt escreve “by” [por] e rasura para manter “through” [median- te, através].

⁶ Arendt refere-se a Lavrentiy Pavlovich Beria (1899-1953), mais influente e duradouro chefe da polícia secreta de Stálin, tendo liderado vários expurgos e ocupado vários im-

Ele se tornou o braço executivo do governo, mas não detinha poder por si mesmo. Sequer atingiu algo equivalente a uma ditadura militar.

c) A aparente inutilidade dos campos de concentração e de extermínio. O enfático rechaço de que as pessoas foram exterminadas porque eram bocas inúteis. O extermínio dos judeus enquanto uma guerra estava acontecendo. O rechaço de que seria melhor usar essas pessoas para o trabalho. Na Rússia, o trabalho escravo e os campos de extermínio: mas mesmo o trabalho escravo é menos produtivo que o trabalho livre. E havia a alternativa das gangues de trabalho forçado que também existiam. O único claro princípio econômico utilitário é o financiamento do aparato policial.

d) O terror cresce enquanto a oposição decresce. Nenhum instrumento!

A isto têm de ser acrescentadas perplexidades mais sutis, mas igualmente importantes:

a) Os movimentos chegaram ao poder por meio de uma revolução, mas não publicaram um novo conjunto de leis, ou seja, leis positivas. O papel da constituição na Alemanha e na Rússia: apenas para mostrar que a lei por si mesma é completamente impotente – embora não possamos falar de ilegalidade, como no caso da vontade arbitrária de um tirano. O governante totalitário governa de acordo com a Lei da História ou a Lei da Natureza. O que são essas leis, comparadas com as leis sob as quais vivemos?

Desde tempos imemoriais as leis têm sido comparadas a muros, cercas ou limites. Não importava pelo que eram inspiradas nem sob que autoridade eram postas – a lei natural enquanto a lei que governa o universo ou o mandamento de Deus –, desde que se tornassem leis positivadas, definindo claramente os direitos e transgressões de qualquer comunidade dada; elas eram pensadas como aquilo que constituía esta comunidade, de modo bastante análogo a como as fronteiras constituem fisicamente um país. Elas não eram permanentes, mas muito mais permanentes que as ações

portantes postos, como o de Comissário de Assuntos Internos antes de ser condenado à morte por atividades criminosas contra o partido e o Estado, em 1953.

ou mesmo as vidas dos homens a quem elas presumidamente regulavam. Elas eram as forças estabilizadoras da comunidade, da polis no interior da qual os movimentos dos homens podiam ocorrer. Elas legavam o lugar para os movimentos do homem. O que era movido era o homem, o que era relativamente estável era a lei.

A Lei da História ou da Natureza, e ambas são a mesma, são leis de Movimento – o conceito decisivo em ambos os casos é o de Desenvolvimento ou processo. Elas são as leis de acordo com as quais certo desenvolvimento ou processo ocorre. Essas leis podem presumidamente ser conhecidas e então aplicadas. O governante totalitário aplica essas leis do desenvolvimento, apressando e acelerando um movimento que viria a se dar de qualquer modo. Ele não assassina pessoas, mas classes ou raças agonizantes, inadequadas para viver. O que move agora é um processo, e o que ele tem de tentar imobilizar são os seres humanos. Uma vez que os homens têm a capacidade de pensar e de agir, ele tem de tentar impedir isso. Ele, portanto, nunca está contente com a adesão voluntária, mas, pelo contrário, não confia nisso. Quem adere voluntariamente pode mudar de ideia amanhã. Liberação da História ou Natureza.

b) Fatos e mentiras: não a propaganda propriamente dita, mas a realização de mentiras, de sorte que elas de algum modo se tornam verdade. O exemplo do desemprego: liquidação pela liquidação do seguro desemprego. Não existia mais desempregado algum, mas apenas pedintes. Ou o da raça: Himmler selecionando os SS de acordo com as fotos. Mediante tais coisas, surge um mundo comum ou uma alegoria dele no qual tudo é possível. Este é o lema.

A única condição é a consistência: se ouvimos que todos confessam os mesmos crimes ou que todo judeu é membro dos Sábios de Sião, nós não acreditamos. Aqui temos o oposto, logicamente deduzido.

IV

Se considerarmos isso como uma forma de governo, ela se apoia em dois

pilares: a ideologia e o terror.

Não é tirania porque tirania é ilegalidade e se contenta com a esfera política no sentido mais estrito da palavra. Ela torna as pessoas incapazes de agir, devido ao isolamento.

O totalitarismo tem de se apoiar em uma experiência comum, assim como as restantes formas de governo. Sua experiência comum é o desamparo [*loneliness*]: o desamparo é o resultado da derrocada de um mundo comum. Desenraizamento, superfluidade etc. O terror mantém juntos indivíduos desamparados, a ideologia os compele com a força de sua inerente logicidade. Os raciocínios de Hitler e Stálin, frios como o gelo, os poderosos tentáculos da lógica, isto é, do processo. Quem diz A tem de dizer B.

Em desamparo eu perco meu senso comum, sentido para o que temos em comum. Posso retroceder apenas até o auto-evidente que conheço sem necessitar de qualquer tipo de experiência. Por isso a logicidade é tão tentadora para os homens modernos. O terror me mantém junto a pessoas com quem perdi meu relacionamento. A ideologia me compele a partir de dentro, o terror a partir de fora. A dominação totalitária assenta-se no desamparo e o produz, assim como a tirania assenta-se no isolamento e o produz, uma república assenta-se no amor à igualdade e o produz, e a monarquia assenta-se no amor pela distinção e o produz.

No entanto, enquanto a igualdade e a distinção, mesmo com sua oposição, são princípios políticos, nem o isolamento nem o desamparo o são. A futilidade dos regimes totalitários é como a futilidade das tiranias. Mas eles são como tempestades de areia: o que parece uma montanha hoje é esquecido amanhã – Stálin, Hitler. Isolamento: eu posso viver em isolamento, não posso viver em desamparo. Atraído pelo processo para perder a mim mesmo.

V

O totalitarismo é um fenômeno de decadência, mas em resposta ao de-

safio do mundo moderno. O mundo livre deve fazer o mesmo? Há um modo de desenhar uma nova organização política [*polity*]? O fim e o início. Os diferentes pontos de vista: o fim do historiador, mas um início para o cientista político, porque o homem como um ser que age inicia constantemente. Mas o início pode nunca vir com um estrondo. Cada um de nós é sempre um novo iniciador: o tempo está fora do eixo, maldição que eu tenha nascido para ajustá-lo⁷. *Initium ut esset homo creatus est*⁸. Isto é sempre verdade.

Um início que ainda conhecemos: a bomba de hidrogênio. Temos pela primeira vez em nossas mãos a decisão acerca de se a humanidade deve sobreviver ou não. Para o melhor e para o pior. Assim como a filosofia, que concerne ao homem no singular, começa de verdade apenas depois que o homem compreendeu que pode dizer sim ou não à vida, também a política, que concerne aos homens no plural, começa talvez de verdade apenas agora, quando sabemos que podemos dizer sim ou não ao gênero humano [*mankind*].

Isso introduz a mais antiga questão: a potencial imortalidade do homem e sua conexão com a política, que foi perdida desde os gregos. Esquecida em parte devido a nossa certeza de que nada há que possamos fazer quanto a isso, em parte devido a nossa falta de interesse, por conta da imortalidade da alma.

⁷ Aqui Arendt cita trecho do último ato de *Hamlet* (1.5.189-190.), de Shakespeare: “The time is out of joint. O cursèd spite/That ever I was born to set it right!”. Citando provavelmente de memória, Arendt omite a palavra “ever” e substitui “O” por “The”. Ela cita esse trecho corretamente em “A crise na educação”, em *Entre o passado e o futuro* (5ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 242). Cf. SHAKESPEARE, W. *Hamlet – prince of Denmark*. Ed. Philip Edwards. Cambridge University Press, 2003 (updated edition), p. 126.

⁸ “Para que houvesse um início, o homem foi criado”. Essa frase de Agostinho (*A cidade de Deus*, Livro 12, cap. 20) é seguramente a citação mais recorrente na obra arendtiana, aparecendo, por exemplo, já no último parágrafo de *As origens do totalitarismo* (São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 531), no início do capítulo sobre a ação em *A condição humana* (11ª ed. rev., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, p. 222) e ainda na seção sobre Agostinho em *A vida do espírito* (Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 266).